



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**Poliana Dallabrida Wisentainer**

*Escravos da Erva*

**RELATÓRIO TÉCNICO  
do Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*  
ministrada pelo Prof. Fernando Crócomo  
no primeiro semestre de 2016  
Orientador: Prof. Carlos Locatelli**

**Florianópolis  
Julho de 2016**



## FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC

<b>ANO</b>	2016.1		
<b>ALUNO</b>	Poliana DallabridaWisentainer		
<b>TÍTULO</b>	Escravos da Erva		
<b>ORIENTADOR</b>	Carlos Locatelli		
<b>MÍDIA</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso	
	<input type="checkbox"/>	Rádio	
	<input type="checkbox"/>	TV/Video	
	<input type="checkbox"/>	Foto	
	<input type="checkbox"/>	Web site	
	<input type="checkbox"/>	Multimídia	
<b>CATEGORIA</b>	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica		
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional		
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)		
	<input type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	<b>Local da apuração:</b>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Reportagem Livro-reportagem	<input type="checkbox"/> Florianópolis <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Brasil                      Internacional <input type="checkbox"/> Santa Catarina      País: <input checked="" type="checkbox"/> Região Sul                      _____
<b>ÁREAS</b>	Direitos Humanos; Jornalismo; Trabalho.		
<b>RESUMO</b>	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livroreportagem sobre trabalhadores da colheita da erva-mate no Brasil e a evolução do combate ao trabalho escravo no setor. No primeiro capítulo, (1) descrevo como é o trabalho dos tarefeiros – nome dados aos caboclos responsáveis pela colheita da erva – e as condições insalubres da atividade. Em seguida, (2) narro como os empresários ervateiros reagiram às primeiras fiscalizações e os casos de empresas autuadas por submeter os trabalhadores da colheita a condições análogas à escravidão. No terceiro capítulo, (3) faço duas retomadas históricas: quando as famílias tarefeiras moravam e trabalhavam nos ervais, e as origens do consumo e comércio da erva no século XIX. Que “fim” leva a erva-mate e seu trabalhador? Esta pergunta norteia o último capítulo, onde (4) discuto as</p>		

	<p>fragilidades das instituições públicas no combate ao trabalho escravo e apresento as perspectivas dos tarefeiros em relação ao seu próprio futuro.</p>
--	---

Aos tarefeiros da erva-mate no Brasil.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras da colheita da erva-mate por se disporem a contar suas histórias.

Aos pesquisadores, auditores fiscais, procuradores, técnicos e assistentes sociais por acreditaram no meu trabalho, especialmente à Lilian Rezende, Luize Surkamp e Maristela Vergopolan.

Ao meu orientador Carlos Locatelli pelos apontamentos e por confirmar que uma reportagem melhor será escrita amanhã.

Aos amigos da UFSC por adoçarem esses cinco anos de graduação.

À minha família, em especial ao meu irmão Neno, meu tio Junior, Eduarda e tia Morgani, que acumula as funções de mãe, irmã e amiga.

À família que eu adotei em Curitiba, Pato Branco e Palmas por ajudar na logística e viabilidade deste projeto, em especial à Graziela e João pelo carinho e confiança.

Ao companheiro Daniel, todo o amor do mundo.

À mãe que se foi cedo. Continue guiando meu caminho com seu baile delicado.





*Eu vejo a liberdade dada aos que se põem  
Além da lei, na lista do trabalho escravo,  
E a anistia concedida aos que destroem  
O verde, a vida, sem morrer com um centavo.  
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes,  
Tal como eu vejo com amor a fonte linda –  
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte  
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda.*

(“Reis do Agronegócio”, Carlos Rennó/Chico César)

## SUMÁRIO

<b>1. RESUMO</b> .....	12
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>3. JUSTIFICATIVA DO TEMA E DO FORMATO</b> .....	20
3.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA.....	20
3.2 JUSTIFICATIVA DO FORMATO.....	22
<b>4. PROCESSO DE PRODUÇÃO</b> .....	25
4.1 PRÉ-APURAÇÃO.....	25
4.2 APURAÇÃO.....	26
4.3 FONTES.....	28
4.4 REDAÇÃO.....	30
4.5 EDIÇÃO.....	31
4.6 DIAGRAMAÇÃO.....	33
<b>5. CUSTOS</b> .....	34
<b>6. DIFICULDADES E APRENDIZADO</b> .....	35
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	37
<b>ANEXO A</b> .....	38



## 1. RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livrorreportagem sobre trabalhadores da colheita da erva-mate no Brasil e a evolução do combate ao trabalho escravo no setor. No primeiro capítulo, (1) descrevo como é o trabalho dos tarefeiros – nome dados aos caboclos responsáveis pela colheita da erva – e as condições insalubres da atividade. Em seguida, (2) narro como os empresários ervateiros reagiram às primeiras fiscalizações e os casos de empresas autuadas por submeter os trabalhadores da colheita a condições análogas à escravidão. No terceiro capítulo, (3) faço duas retomadas históricas: quando as famílias tarefeiras moravam e trabalhavam nos ervais, e as origens do consumo e comércio da erva no século XIX. Que “fim” leva a erva-mate e seu trabalhador? Esta pergunta norteia o último capítulo, onde (4) discuto as fragilidades das instituições públicas no combate ao trabalho escravo e apresento as perspectivas dos tarefeiros em relação ao seu próprio futuro.

Palavras-chave: jornalismo, Brasil, escravidão, trabalho, erva-mate.



## 2. INTRODUÇÃO

Durante todo o ano, centenas de homens e mulheres se preparam para iniciar a colheita da erva-mate, tradicionalmente consumida no Sul do Brasil em forma de chimarrão. Ao chegar às frentes de trabalho, cada trabalhador sabe que não terá um quarto com instalações elétricas, que a água que beberá será de algum riacho próximo, onde também tomará banho, e que dormirá em colchões de densidade ínfima, junto ao fogareiro feito com tijolos e lenha na cozinha. Por que as ervateiras se recusam a cumprir leis trabalhistas em vigor desde 1940? Por que os tarefeiros da colheita da erva-mate trabalham em regimes exaustivos, degradantes e em condições insalubres?

São recorrentes a autuação de ervateiros e o resgate de trabalhadores da colheita da erva-mate no Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte de Santa Catarina e no Sudeste e Sudoeste do Paraná, principais regiões de ervais nativos no Brasil. O número de resgates poderia ser maior, explica a auditora fiscal Lilian Rezende, coordenadora do Projeto de Fiscalização Rural da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Santa Catarina até abril deste ano. De acordo com a auditora, é impossível realizar operações de fiscalização em todas as frentes de trabalho devido à falta de recursos financeiros, ao número reduzido de auditores e à dificuldade de identificação dos estabelecimentos irregulares (REZENDE, 2015).

Um relatório de monitoramento da cultura da erva-mate, elaborado pela própria Lilian Rezende em 2011, revela que entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010 foram resgatados 234 trabalhadores mantidos em condições análogas à escravidão em ações conjuntas realizadas nos estados da região Sul. Pôde-se constatar que, com raras exceções, “a extração da

erva-mate tem se mantido como uma atividade que usa a mão-de-obra do trabalhador de forma especulativa e sem o cumprimento de uma série de obrigações trabalhistas” (REZENDE, 2011).

Manter trabalhadores em regime análogo à escravidão em setores da agricultura, pecuária e mineração é uma prática antiga, cuja existência foi reconhecida pelo poder público brasileiro apenas em 1995 (MTE, 2012). As tentativas de combate a essa prática começaram oito anos depois, com a articulação de diferentes ministérios e secretarias.

O Quadro de Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, divulgado anualmente pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, mostra que de janeiro de 1998 a dezembro de 2015 foram resgatados 49.157 trabalhadores em 2.080 operações no Brasil. Só em 2015 foram 1010 trabalhadores resgatados em 143 operações realizadas (ver anexo A).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que denuncia desde os anos 1970 o crime do Brasil, publica anualmente relatórios com números de resgate de trabalhadores em condições análogas a escravidão em todos os estados brasileiros. O relatório mais recente da CPT é de 2014 (ver Anexo B) e demonstra que, naquele ano, em Santa Catarina, 48 trabalhadores foram libertados em seis municípios: Campo Erê, Caxambu do Sul, Criciúma, Grão Pará, Imbuia e Pinhalzinho, em atividades como reflorestamento, pecuária e lavoura. Dos casos registrados, um diz respeito à denúncia contra a Ervateira Cavallo Branco, no município de Pinhalzinho, que mantinha cinco trabalhadores em condições análogas às de escravos. Segundo levantamentos da CPT, de 2010 a 2014, a cada ano, pelo menos um caso de denúncia e resgate de trabalhadores em Santa Catarina está relacionado à atividade ervateira.

Os trabalhadores são submetidos a condições análogas à escravidão no Brasil, entre outros motivos, por estarem presos a dívidas que

contraíram no recrutamento ao trabalho, o chamado “abono” (FIGUEIRA, 2004), mais comum na região Norte do país. A prática de adiantamento do salário, porém, também ocorre no Sul, na colheita da erva-mate – seja para a compra de equipamentos de trabalho, como botas, lona e facão, seja para compra de mantimentos em um mercado “na conta do patrão”. Parte dos alimentos é levado com o trabalhador e parte fica com a família do tarefeiro.

Diferente do relatado por Ricardo Rezende Figueira em zonas do Piauí e do Pará, onde é comum haver a coerção através da violência ou mesmo da responsabilidade moral que sentem os trabalhadores em relação a sua dívida, os safristas da colheita da erva-mate aceitam esse tipo de trabalho como a única opção (RENK, 1997). O fragmento a seguir esclarece as diferenças entre as violações ocorridas no trabalho escravo:

A relação de trabalho, a que esta tese se refere, vem acompanhada, muitas vezes, por um conjunto de práticas que podem ser, dependendo da autoridade coatora, tipificadas juridicamente como crime – manter pessoas em cárcere privado, violência física, como a tortura e lesões corporais, assassinato e danos ambientais – e violações às leis trabalhistas – não assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, não recolhimento dos direitos previdenciários, não pagamento do salário e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança. (FIGUEIRA, 2004, p. 35).

As violações às leis trabalhistas apontadas por Figueira também são frequentes nos ervais do Sul do país (BENEDITO E SURKAMP, 2012). As diferenças regionais entre o que se entende por *condição análoga à escravidão* reforçam a própria disputa pelo significado do termo “escravidão” entre juristas, representantes do Poder Executivo, pesquisadores e militantes. Ainda de acordo com Figueira:



A categoria trabalho escravo por dívida também tem sido utilizada para formas parecidas de trabalho sob coerção em outras regiões urbanas e rurais em diversas atividades produtivas. Como não se trata exatamente da modernidade de escravidão que havia na Antiguidade grego-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos na América, em geral o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: “semi”, “branca”, “contemporânea”, “por dívida”, ou, no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo “análoga”, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação<sup>1</sup>.

Ao comprar a erva-mate embalada, disposta nas gôndolas dos supermercados, o consumidor, em geral, não associa o produto a um trabalho caracterizado por jornadas exaustivas e condições insalubres. Não há um reconhecimento do esforço despendido para a produção da mercadoria, o que remete a ideia de fetichismo sobre a qual discorreu Karl Marx (2007):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, as relações sociais entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 2007, p. 120).

O mesmo autor permite questionar ainda a dicotomia entre a mão-de-obra (no caso, o tarefeiro em condição análoga à de escravo) e o produto (erva-mate embalada) a partir do conceito de alienação. Nesse caso, o proletário, com quase toda a vida dispendida para realizar uma única atividade, desassocia o esforço e valor do seu trabalho e tampouco

---

<sup>1</sup>Ibidem.

compreende as relações sociais e econômicas que foram impostas sobre ele (MARX, 2007). No processo de industrialização e modernização do campo intensificado pela Revolução Verde na década de 1960 (OLVEIRA;GANINI, 2007), também é possível encontrar relações de trabalho que flutuam entre um tipo moderno de feudalismo (compras “na conta do patrão”, barganha por dívida) e o capitalismo.

Em “Errantes do fim do século”, Maria Aparecida de Moraes Silva acompanhou, entre 1987 e 1990, trabalhadores e trabalhadoras da região rural de Ribeirão Preto, a maioria “de fora”, provenientes do Vale do Jequitinhonha mineiro. Como afirma a autora, trata-se de um estudo “visando à apreensão dos processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão de milhares de homens e mulheres, produzidos no bojo da modernização trágica implantada na década de 1960 [...]” (SILVA, 1999, p. 15). Moraes Silva expõe ainda as condições de vida precárias e as frágeis relações trabalhistas de cortadores de cana e trabalhadores da colheita do café e da laranja. Salvo algumas especificidades na fiscalização da extração da erva-mate, como o pequeno avanço no combate a terceirização da colheita ocorrido a partir de 2009 – com a publicação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo Ministério Público do Trabalho, MTE e mais de trinta ervateiras do Oeste e Meio Oeste Catarinense –, não há nenhuma diferença entre as condições a que estão submetidos os proletários rurais de Santa Catarina e os do interior de São Paulo, Minas Gerais, Pará ou Piauí, por exemplo.

Atrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxerga-se o negro, a negra, o migrante, o homem, a mulher. Ao ampliar o campo de dominação, verifica-se, além de econômica, da extração de mais-valor, a dominação mediada por representações carregadas de significados de gênero

e étnico-raciais. Esta postura teórico-analítica permite, *mutatis mutandis*, a compreensão da multiplicidade, das diferenças, das especificidades destas relações. E mais. Permite a percepção de maneira pela qual os diferentes agentes da dominação apoiam-se uns sobre os outros, negam-se entre si ou se reforçam mutuamente. Não se entende a dominação como algo político e a exploração como algo econômico. Não se tem a visão dualista assentada sobre oposições. Exploração e dominação (...) são as faces de um mesmo fenômeno. (SILVA, 1999, p. 16).

Inicialmente consumida por índios do Guaíra, território que hoje constitui o Paraná, a erva-mate, chamada de “Caá-i”, foi apresentada aos espanhóis entre 1553 e 1556. A bebida era então consumida pelos índios antes e depois de atividades que requeriam esforço físico e, após três séculos, se tornaria um importante produto de exportação (BENEDITO;SURKAMP, 2012). A partir do século XIX, com o extermínio da população indígena, os negros, caboclos e bugres que habitavam a região Oeste de Santa Catarina e Paraná tornaram-se a mão-de-obra predominante nas colheitas.

Os caboclos que chegavam ao Oeste de Santa Catarina para trabalhar na construção de ferrovias que seriam usadas para escoar a produção da erva (RENK, 1997) ocuparam gradativamente a região. Iniciou-se, então, um processo de colonização do território liderado por descendentes de italianos que habitavam o interior do Rio Grande do Sul. Através da chamada “Companhia” – que era responsável por comprar e vender terras aos recém-chegados imigrantes europeus –, os caboclos foram expulsos de seus lotes e coagidos a trocar a agricultura de subsistência por um trabalho assalariado no campo, no caso, a atividade análoga à escravidão na colheita da erva (RENK, 1997). A dominação mediada por

representações étnico-raciais descritas por Moraes Silva se repete, enfim, nos ervais do Sul do Brasil.

A inclusão de um e exclusão de outro cria as fronteiras sociais e étnicas entre os grupos envolvidos. Destas fronteiras, no caso em questão, a mais representativa é a da ocupação. Aos italianos cabe o espaço da lavoura, do comércio e da indústria. Os grupos produtivos envolvidos na erva distribuem-se de modo similar: os donos de firma são italianos; os produtores de erva-mate são colonos ou fazendeiros e os extratores, invariavelmente, os caboclos. Neste caso, a extração é naturalizada como atividade de caboclo, sem esquecer a carga semântica do termo, como identidade estigmatizada. (RENK, 1997, p.172-173).

A divisão étnica do trabalho e as condições insalubres, análogas à escravidão, perpassam a história da extração da erva-mate desde o século XIX. Como sustenta Arlene Renk: “À medida que o lugar do tarefeiro é “no mato”, isto contribui para a incorporação da dominação. As divisões étnicas passam a ser correspondentes aos espaços, polarizados: os tarefeiros-brasileiros “no mato”; os gringos-donos-de-barbaquás, na cidade”<sup>2</sup>.

### **3. JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 Justificativa do Tema**

No ano anterior à produção deste projeto, quando pretendia apresentar um TCC sobre “pobreza extrema no campo”, cursei a disciplina de Sócio-Economia Rural, no Departamento de Agronomia e Zootecnia da UFSC. Tive acesso a autores que discutiam sobre o impacto de políticas de acesso ao crédito para pequenos produtores, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), medidas para promoção da

---

<sup>2</sup>Ibidem, p. 177.

segurança alimentar e incremento de renda como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Uma leitura mais detalhada sobre o tema, porém, me permitiu verificar que há uma parcela da população de municípios na zona rural que está à margem dos processos produtivos do agronegócio ou da agroecologia – visões divergentes no que se refere ao crescimento econômico e social – e mesmo do desenvolvimento que as políticas públicas para o campo tentam proporcionar.

Homens e mulheres que não são pequenos produtores, tampouco latifundiários: são “tarefeiros” (RENK, 1997), agregados, grupos de mão-de-obra volante. Para esses trabalhadores e suas famílias que, em geral, habitam municípios com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, o acesso a direitos básicos como educação e saúde é restrito (mudanças constante de endereço, falta de documentação e, principalmente, informação) e as políticas públicas para a população rural não os incluem, já que a maioria não possui terra ou experiência em empreendimentos próprios.

Ao pesquisar o ambiente de trabalho da população nessas condições, constatei que, em Santa Catarina, a maioria se concentra nas colheitas sazonais da cebola, maçã e outras frutas de clima temperado, tomate e batata, e durante todo o ano na erva-mate, além de ser a mão-de-obra do setor de celulose e reflorestamento. As fiscalizações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e os TACs no site do MPT de Santa Catarina confirmam a situação degradante desta população.

Minha proposta, então, era narrar histórias de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão de cinco setores produtivos do estado: celulose/reflorestamento, maçã, cebola, tomate e erva-mate. Logo começou o dilema entre produzir um TCC com um recorte mais

abrangente ou concentrar atenções sobre um dos setores produtivos e as especificidades de seus trabalhadores. Optei pelo segundo. A escolha pela erva-mate deveu-se ao acesso facilitado aos materiais bibliográficos, além da maior viabilidade de locomoção entre as cidades produtoras de erva. Durante uma entrevista anterior à produção do pré-projeto, Lilian Rezende, fiscal do MTE em Santa Catarina, relatou que a maioria das ervateiras de Santa Catarina submete seus trabalhadores terceirizados a jornadas exaustivas, insalubres e degradantes – condições que caracterizam a existência de trabalho escravo (Artigo 149 do Código Penal).

Essa situação flagrante de exploração e falta de perspectivas dos trabalhadores me fizeram optar, ao final, por apurar e escrever um livrorreportagem que compreenda os contextos sociais e econômicos que levam homens e mulheres a trabalhar em regime análogo à escravidão e questione a escolha de alguns empresários da erva-mate por manter seus trabalhadores nessas condições. Ao contar histórias de trabalhadores da colheita, pretendia narrar *como, quando, onde e por que* ainda existem escravos na colheita da erva-mate em Santa Catarina e, se possível, contribuir para o debate e chamar a atenção do poder público e da sociedade civil para este problema.

### **3.2 Justificativa do Formato**

Ao narrar a dura realidade de trabalhadores de um dos setores mais tradicionais da economia da Região Sul, este livrorreportagem assume a finalidade de contribuir para a discussão do papel do jornalismo no sistema capitalista.

Tentei ter cuidado ao descrever os tarefeiros neste livro. Minha intenção era dar visibilidade às suas histórias e condições de vida, mas que as atenções se voltassem também aos empresários que utilizam

irregularmente essa mão-de-obra. Este trabalho de reportagem não é só sobre as vítimas, mas também sobre os cúmplices da exploração.

Algumas reflexões surgiam ao tentar traduzir e descrever o que eu via naquelas casas de compensado de madeira, naquelas crianças sem calçado, brincando no barro. A primeira era entender a quem serve emocionar e explorar a subjetividade de homens e mulheres à margem das oportunidades, como são os tarefeiros.

Esse tipo de material, quando produzido por grandes empresas de mídia, é, muitas vezes, apelativo e vago. Não é também contraditório que um produto jornalístico como este se insira na lógica de um modelo de negócios que, muitas vezes, visa ao lucro em detrimento do interesse público, como é o caso dos grandes jornais?

Como exemplo de reportagem com viés subjetivo, que apenas expõe e não problematiza questões inerentes à realidade incrustada aos personagens, cito a reportagem “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, publicada em 21 de junho de 2015 em versão multimídia no site e em um encarte de 24 páginas na edição impressa do jornal Diário Catarinense, do Grupo RBS<sup>3</sup>. Com fotos produzidas, diagramação interativa e inserções em áudio da repórter, a reportagem conta a história de uma família composta por pai, mãe e 14 filhos de Timbó Grande, no Planalto Norte Catarinense.

O casal que dá nome a reportagem do Diário Catarinense se conheceu num erval e, não por coincidência, vive em situação de extrema pobreza. Iracema e Dirceu foram tarefeiros na colheita da erva-mate, expostos às jornadas exaustivas e condições insalubres da atividade. A reportagem não discute, porém, o porquê da miséria e nem expõe quem lucra com a exploração: só interessa o que é mais subjetivo, singular e que,

---

<sup>3</sup>Disponível em: [http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC\\_quatro\\_estacoes\\_iracema\\_dirceu/](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_quatro_estacoes_iracema_dirceu/). Acesso em: 24 nov. 2015.

por isso mesmo, dificulta a problematização da realidade externa à Iracema e Dirceu, como a escravidão no campo.

O mesmo grupo empresarial que financia um trabalho jornalístico sobre personagens à margem de direitos básicos, como o caso do casal de Timbó Grande, investe em uma reportagem sobre os empresários do Rio Grande do Sul que compraram terras baratas na região conhecida como Matopiba, no Norte e Nordeste, no final da década de 1980<sup>4</sup>. A relação de exploração do trabalho e exclusão do desenvolvimento que marca a história do casal de trabalhadores rurais de Santa Catarina se repete na vida dos nativos e indígenas expulsos de suas terras, transformando “Matopiba” em uma das regiões de maior conflito por terra do Brasil (CPT, 2014). Adelmo Genro Filho ajuda a esclarecer o duplo papel do jornalismo realizado pela RBS:

Em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. Nesse sentido, o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, **preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema**. Isso ocorre, tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas. (GENRO FILHO, 1987, p. 152-168).

Neveu (2005) afirma que o proprietário de meios de comunicação é, antes de tudo, um empresário *capitalista*; não interessa a ele, pois, desmascarar ou desnudar uma realidade de exploração que traz implícita uma denúncia ao próprio modo de produção capitalista. O jornalismo

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-matopiba-tche/>. Acesso em: 24 nov. 2015.



empresarial, porém, não abre mão de produzir conteúdos com temáticas relacionadas às mazelas do sistema, reportagens que costumam causar comoção. Para Ciro Marcondes Filho, isso é sensacionalismo, ou “o grau mais radical de mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 66).

Para fugir disso, tentei realizar uma reportagem que dê voz às histórias de vida de trabalhadores subalternos (SPIVAK, 2010) e, ao mesmo tempo, conectá-las a uma realidade econômica e social, expondo os elementos universais em cada narrativa singular (GENRO FILHO, 1987).

Mais do que um mero compromisso burocrático para a conclusão do curso, espero que o livrorreportagem, ao narrar uma realidade inerente ao modo capitalista, contribua para reforçar o caráter transformador do jornalismo, possível apenas quando este é independente dos interesses empresariais.

## **4. PRODUÇÃO**

### **4.1 Pré-Apuração**

A pré-apuração deste Trabalho de Conclusão de Curso começou no final de 2015, quando defini as localidades e ervateiras que eu visitaria. A escolha pelos destinos foi facilitada pela contribuição da auditora fiscal Lilian Rezende, que me forneceu materiais sobre o trabalho escravo na erva-mate, como listagem de resgates, planilhas com empresas autuadas e relatórios sobre a atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) em Santa Catarina.

A escolha das ervateiras seguiu os seguintes critérios: registro de autuação por irregularidades trabalhistas ou por subter trabalhadores em

condições análogas à escravidão e proximidade com a cidade de Chapecó, “QG” da apuração.

Nos meses de janeiro e fevereiro pude ficar hospedada na casa dos pais do Daniel Giovanaz, também jornalista e que ficou esse tempo na cidade se dedicando a apuração de um livrorreportagem sobre um crime político não esclarecido em Chapecó.

A estadia da casa dos seus pais, Graziela e João, foi determinante para a realização deste projeto. Eu contava com um orçamento muito baixo e teria que economizar no que fosse possível. Registro também aqui o meu agradecimento à família.

Pelo limite orçamentário, este projeto seria realizado apenas em Santa Catarina, no Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte Catarinense. Eu acreditava que não seria possível visitar cidades do Paraná e Rio Grande do Sul, mas quando comecei a apuração, isso mudou.

#### **4.2 Apuração**

A apuração foi dividida em pequenas viagens, para que eu não tivesse que ficar dias em um único local, pois isso significaria gastos com alimentação e hospedagem que eu não poderia arcar. Algumas cidades foram visitadas em um único dia – eu saía de Chapecó no primeiro ônibus e voltava no último.

Ao conhecer melhor a região, vi que as distâncias entre Chapecó e cidades do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, e do Sudoeste do Paraná não eram muito grandes. As passagens de ônibus variavam entre R\$ 18,00 e R\$ 40,00. Readaptei o orçamento e decidi por estender a apuração do livro para duas cidades do Rio Grande do Sul e três cidades do Paraná. Assim, abrangeria os três estados da Região Sul e poderia afirmar que realizei um trabalho sobre os tarefeiros da erva-

mate no Brasil, já que quase a totalidade da produção ervateira se concentra nas localidades que visitei.

A maior parte das entrevistas foi realizada entre o dia 7 de janeiro e 28 de fevereiro. Em Florianópolis, realizei algumas entrevistas por telefone com os auditores fiscais do Paraná e do Rio Grande do Sul e programei uma nova viagem ao Paraná, realizada em maio.

A apuração foi dividida da seguinte maneira:

*Janeiro*: dois dias de entrevistas no distrito de Marechal Bormann, em Chapecó (SC); um dia em Nonoai e um em Barão de Cotegipe (RS); um dia em Ponte Serrada (SC) e dois em Catanduvas (SC). Tive a companhia do Daniel Giovanaz na apuração em Ponte Serrada, no Meio Oeste Catarinense e em Palmas, no Sudoeste Paranaense.

*Fevereiro*: um dia de entrevista no município de Ouro (SC); dois dias em Palmas (PR) e uma visita a um erval no distrito de Marechal Bormann, em Chapecó.

*Mai*o: um dia em General Carneiro e dois dias em Bituruna (PR).

Antes das viagens, conversava previamente com os responsáveis pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de cada município. Nessa pré-apuração, tentava descobrir quais os bairros mais carentes – porque são nessas localidades que moram os tarefeiros – e a distância até a rodoviária, para calcular se poderia ir à pé ou não.

O período escolhido para a apuração nos municípios era no final de semana. Sábado e domingo eram os dias que eu encontrava os tarefeiros em casa, por outro lado, não conseguia conversar pessoalmente com as assistências sociais dos municípios. Quando a entrevista ocorria também com algum ervateiro do município, como foi o caso de Catanduvas, em

Santa Catarina, cheguei durante a semana e contei com a sorte para encontrar os tarefeiros em casa no final do expediente.

Nenhuma entrevista com os trabalhadores da colheita foi agendada. Os próprios moradores dos bairros me indicavam onde eu encontraria tarefeiros. Em uma dessas orientações, inclusive, recebi um “tem um tarefeiro ali, mas, cuidado, ele é perigo” como resposta. Isso ocorreu em Palmas, no Paraná, quando eu tentava encontrar o trabalhador conhecido como “Russo”. Ao chegar na casa do tarefeiro, a pintura na parede com a frase “mata sem medo” foi o cartão de visitas. Senti que “o que quer dizer essa frase?” era uma pergunta que eu poderia evitar. A despeito disso, “Russo” e seu sobrinho, Anderson, foram ótimas fontes e se mostraram interessados em ajudar.

Quase toda a apuração nos municípios foi feita a pé. Os bairros visitados ficavam, em média, a 5 km de distância do centro dos municípios. Somente em dois momentos peguei um táxi e consegui uma carona em outros cinco: três vezes com ervateiros, uma com uma assistência social e outra com um funcionário de uma empresa de produtos de limpeza que entregava um pedido em uma ervateira de Catanduvas e estava indo rumo a Chapecó.

Quando estava em Chapecó, realizei também entrevistas por telefone com as procuradoras de Passo Fundo, Blumenau (antes lotada em Joaçaba), Pato Branco e Guarapuava, com o representante no Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o presidente da Câmara Setorial Nacional da Erva-mate.

### **4.3 Fontes**

Ao todo, realizei 40 entrevistas, das quais 29 foram aproveitadas na redação do livro. As fontes entrevistadas e que estão neste livro-reportagem foram as seguintes, por ordem de realização:

- 1 - Junior Danielli, proprietário da Ervateira Cavalo Branco;
- 2 - Arlene Renk, professora e autora do livro “A Luta da Erva”;
- 3 - Sérgio Antônio Picolo, proprietário da Erva Mate Barão de Cotegipe;
- 4 - José Adilson Roteles, tarefeiro de Ponte Serrada;
- 5 - Zenita Fontoura dos Santos, tarefeira de Ponte Serrada;
- 6 - Reducino Mouque dos Santos, tarefeiro de Ponte Serrada;
- 7 - Marilene Alvez da Silva, esposa do tarefeiro de Ponte Serrada;
- 8 - Luiz Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil;
- 9 - Neide Bonzano, tarefeira do distrito de Marechal Bormann, em Chapecó;
- 10 - Ederli Pisinatto, proprietário da Erva Mate Catanduvras;
- 11 - Cláudio Marinha Boscos, proprietário da Erva Mate Regina;
- 12 - Aquimar Rech, tarefeiro de Catanduvras;
- 13 - Divo Guerra, presidente do Sindicato das Indústrias da Erva Mate de Catanduvras e dono da Ervateira Jacutinga;
- 14 - Leandro Gheno, presidente da Câmara Setorial Nacional da Erva-Mate e diretor da filial de São Mateus do Sul, no Paraná, da Erva Mate Baldo;
- 15 - Maurício Pavesi, auditor fiscal coordenador do Projeto de Fiscalização Rural da SRTE do Paraná;
- 16 - Lilian Rezende, auditora fiscal responsável pelo Projeto de Fiscalização Rural de Santa Catarina até abril deste ano e presidente da delegacia sindical do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sinait) em Santa Catarina;
- 17 - Bruna Bonfante, procuradora do MPT na Procuradoria de Blumenau e responsável pelas autuações aos ervateiros entre 2007 e 2008. Até início deste ano, era presidente da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil (CONAETE);
- 18 - Darci Titon, 57 anos, tarefeiro resgatado em Catanduvras;
- 19 - Sergio Garcia, chefe da área de Saúde e Segurança da SRTE do RS;

- 20 - Gean Tormen, administrador da Comércio de Erva Mate Tormen Ltda, no Distrito de Marechal Bormann, em Chapecó;
- 21 - Cibelle Costa Farias, procuradora do MPT na Procuradoria de Guarapuava, no Paraná;
- 22 - Nivaldo dos Santos, tarefeiro e capataz de Palmas, no Paraná;
- 23 - Anderson dos Santos Camargo, tarefeiro de Palmas, no Paraná;
- 24 - Flávia Fuck, procuradora do MPT na Procuradoria de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul;
- 25 - Paulo Pinheiro Machado, professor do Departamento de História da UFSC;
- 26 - Flávio Apolinária, 23 anos, tarefeiro de Bituruna, no Paraná;
- 27 - Celso Mota dos Santos, tarefeiro de Bituruna, no Paraná;
- 28 - Rita Aparecida Apolinária, tarefeira de Bituruna, no Paraná;
- 29 - Luize Surkamp, auditora fiscal da SRTE do Paraná e autora do livro “Erva Mate - a Erva que Escraviza”

#### **4.4 Redação**

Um terço da apuração do livrorreportagem teve fim no começo de março, quando retornei a Florianópolis. O mês de março foi destinado a decupar as entrevistas e definir a estrutura do trabalho. De abril e junho, os capítulos eram escritos, em média, um a cada duas semanas. O primeiro capítulo foi apresentado no dia 27 de abril.

Inicialmente, o livrorreportagem seria dividido em três capítulos: o “antes”, onde eu contaria a origem dos caboclos e o início do comércio de erva-mate no Brasil; o “durante”, quando descreveria como são as condições de trabalho atual e como os empresários do setor reagiram às primeiras fiscalizações. Por último, escreverei um capítulo sobre o “depois”, apresentando as consequências dos cortes no orçamento e da

falta de auditores fiscais do MTE e das novas gerações de tarefeiros que seguiam o mesmo caminho dos pais.

As correções do capítulo entregue nem bem tinham sido terminadas pelo meu orientador, professor Carlos Locatelli, e eu resolvi mudar toda a estrutura do trabalho. Ao reler o capítulo entregue e refletir sobre alguns comentários gerais do orientador sobre o meu trabalho, tive a sensação de que o livro estava começando “pelo pé”.

Apesar da estrutura de um livrorreportagem ser diferente da aplicada em uma notícia, optei por hierarquizar as informações também no livro, assim como é feito no *hard news*. Da maneira como eu estava estruturando o livro, as condições atuais dos tarefeiros, talvez o mais importante para discutir mudanças e conscientizar a sociedade, estaria presente apenas na metade do trabalho.

Reescrevi esse capítulo, que se tornou a terceira parte do livrorreportagem. Ao final, este trabalho está dividido em um prólogo e quatro capítulos. O trabalho mais intenso de redação começou, então, em maio, interrompido por mais uma viagem de apuração, e terminou no final de junho. Foram entregues três capítulos de uma só vez ao orientador e, duas semanas depois, o último.

#### **4.5 Edição**

O livrorreportagem está dividido em um prólogo e quatro capítulos, conforme detalho a seguir. Os capítulos não são autônomos – um depende do outro para formar uma narrativa que compreenda toda a questão que envolve atualmente o trabalho escravo na erva-mate.

Prólogo: A função do prólogo é localizar o leitor sobre o que ele lerá nas próximas páginas. Achei necessário usar este recurso porque se trata de um

trabalho extenso e com diferentes nuances – quem são os tarefeiros, o que pensam os patrões, as fragilidades da fiscalização no Brasil.

Capítulo 1: *DA PONTA DO FACÃO À CUIA - O trabalho análogo à escravidão na colheita da erva-mate*. Na primeira parte do livro, descrevo como é o trabalho dos tarefeiros e as condições insalubres da atividade. O título principal do capítulo “Da Cuiá à Ponta do Facão” remete a cadeia produtiva da erva-mate, que começa, em alguns casos, na exploração da mão-de-obra de forma irregular.

Capítulo 2: *SENHORES DA ERVA - O que pensam os patrões sobre as fiscalizações no setor*. O segundo capítulo é dedicado quase que em sua totalidade a ouvir a versão dos empresários ervateiros sobre o processo de fiscalização na colheita da erva. “Senhores da Erva” foi uma escolha definida pela representação dos empresários do setor, que são, geralmente, das famílias mais ricas e conhecidas do município, carregando consigo um capital social e cultural com poder de influência.

Capítulo 3: *ANTES DE TAREFEIROS, CABOCLOS - A origem dos cortadores de erva-mate no Brasil*. Nesse capítulo optei por fazer duas retomadas históricas para compreender porque os tarefeiros compõem as camadas mais pobres e vulneráveis dos municípios que habitam. Seria só coincidência? A divisão étnica do trabalho (RENK, 1997) explica, em parte, esse “destino caboclo” dos trabalhadores da erva-mate, o que justifica o título do capítulo “Antes de Tarefeiros, Caboclos”.

Capítulo 4: *LUTO, LUTAREMOS, LUTARÁS - O futuro das operações no campo e dos tarefeiros*. No último capítulo, discuto as fragilidades das instituições públicas no combate ao trabalho escravo devido aos cortes dos



orçamentos e diárias do MTE. As perspectivas dos tarefeiros em relação ao seu próprio futuro, representado por Anderson dos Santos Carmargo, jovem tarefeiro de 18 anos, e por Neide Bonzano, de 37, encerram o trabalho. A ideia era de mostrar que, apesar dos avanços na indústria, na economia e na sociedade brasileira, os jovens das famílias tarefeiras continuarão “lutando” na erva. O título “Luto, Lutaremos, Lutarás” também faz alusão ao trabalho de alguns promotores e auditores fiscais que reforçam a todo momento a necessidade de contínua fiscalização para erradicar o trabalho degradante no corte da erva e outras atividades rurais.

No título “Escravos da Erva”, pretendi dar a noção de servidão dos tarefeiros não apenas às condições de trabalho nas fazendas, mas a que as suas vidas se destinam. O tarefeiro, na maioria das vezes, só trabalhou na poda de erva-mate, assim como seu pai, seu avô. Ele está, sem que tivesse a chance de escolher, destinado a fazer essa atividade até o fim da vida. Pode ter carteira assinada, EPI, casa com água encanada, mas, para a sociedade, e talvez até para si mesmo, será sempre um cortador de erva.

#### **4.6 Diagramação**

A identidade visual deste livro é de autoria de Alice da Silva, estudante do curso de Design da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) e amiga desde 2011, quando ingressamos, juntas, no curso de Jornalismo da UFSC.

O conceito da identidade visual do livrorreportagem era a de uma capa que remetesse ao trabalho e ao mesmo tempo à vida do tarefeiro. A princípio, a capa seria criada com alguma textura que simulasse a erva-mate cancheada. Após a escolha e tratamento das imagens que entrariam no livro, percebi que a foto vertical de um tarefeiro que se movimentava de um galho a outro da erva representaria a ideia do livro. É como se esse homem, na fotografia, fosse a própria continuação

dos galhos. Ele se pendura na árvore, depende dela. É assim também com seu trabalho: só sabe cortar erva e se agarra a isso para sobreviver. Além disso, considerei que a fotografia continha os elementos necessários para uma capa: espaços livres para escrever as informações principais, como o nome do livro e do autor.

Para o interior da publicação, pretendia que o livrorreportagem fosse o mais acessível possível: a letra do texto um pouco maior que o normal e espaços em branco no começo de cada capítulo para suavizar a leitura. Pedi também que as letras de abertura, sumário e outros elementos fossem simples, com fontes “*thin*”.

Todas as fotos que compõem este livrorreportagem são de minha autoria. Fotografei apenas os tarefeiros e suas famílias. Fiz essa escolha para registrar a realidade de homens e mulheres que recebem um espaço menor na sociedade, diferente do ocupado pelos empresários ervateiros. Como acrescentou o professor Carlos Locatelli em uma reunião de orientação, a fotografia e esse livro podem ser os únicos registros desses trabalhadores em muitos anos.

## 5. CUSTOS

O custo da execução do projeto é de R\$ 1.290,00, conforme a tabela a seguir. Todas as despesas foram arcadas com financiamento próprio. É importante frisar que este valor só foi possível graças ao apoio do Daniel Giovanaz e seus pais, em Chapecó. Sem eles, a viabilidade deste projeto estaria comprometida.

<b>CATEGORIA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Transporte	10 viagens de ônibus	400,00

Equipamento	Câmera Fotográfica D300 cedida do LabFoto	-
Hospedagem	Duas pernoites	110,00
Alimentação	-	300,00
Demais gastos	Táxi e ligações	200,00
Diagramação	Apenas o layout	50,00
Impressão	Seis exemplares e relatório	230,00

## 6. DIFICULDADES E APRENDIZADO

Durante a apuração, deparei-me com alguns dogmas que a reportagem investigativa ou “de fôlego” pode trazer às mulheres: de que uma pauta era perigosa ou distante demais para se fazer sozinha. Ouvi inúmeras vezes a palavra “cuidado” ou a expressão “você vai lá sozinha?” de entrevistados.

As entrevistas dos tarefeiros ocorreram em comunidades carentes e com altos índices de violência para os padrões dos pacatos municípios visitados. Eu entendia a preocupação das fontes em relação à minha segurança, mas nunca deixei de visitar a algum lugar que eu acreditasse ser importante para a apuração.

Entre o centro das cidades até as vilas de tarefeiros, percorri bons quilômetros sozinha. Fazia o que era possível para economizar, e isso incluía dispensar o uso de táxi e dormir nos hotéis mais baratos. Aceitei caronas, contei com a compreensão dos motoristas de ônibus interestaduais que me deixavam descer o mais próximo possível da localidade que eu tinha interesse e confiava nos moradores dos bairros, que indicavam onde moravam os tarefeiros da cada localidade.

Nunca nada de mal aconteceu. Sempre fui recebida pelos trabalhadores. Muitos com olhares desconfiados, eles acreditavam que eu era “alguém do

governo” ou da “justiça”. Eu, então, esclarecia quem era e o que queria. Ofereciam-me uma cuia de chimarrão e começávamos a conversar.

Outra dificuldade era a de tornar claro e pouco repetitivo um texto com tamanho volume. Como deveria hierarquizar as informações? Como faria a transição para cada capítulo? Como trabalharia com um texto narrativo em alguns momentos e declaratório em outros, sem uma divisão tão clara disso? Ao longo da redação deste livrorreportagem sanei algumas dúvidas, assim como sigo com outras. Aprendi que a prática deste tipo de texto tornará o ato de escrever mais fluido, mas não menos trabalhoso.

Aprendi muito com este trabalho. O livro tem algumas deficiências, há coisas que farei diferente na apuração das próximas grandes-reportagens, mas fiz o que era possível hoje, aos 24 anos. “Você não é o Gay Talese”, lembrava o professor Locatelli. Longe de mim ser como o *gentleman* do jornalismo literário americano.

Se fosse para “ser” como alguém, seria Rodolfo Walsh e investigaria as mazelas da política latino-americana. Embrenharia-me pelo horror das guerras e encararia os poderosos como fez Oriana Fallaci. Seria entregue a um trabalho como foi James Agee em “Elogiemos os Homens Ilustres” ou cirúrgica no texto como Roberto Mariano em “*La Balada de La Oficina*”.

Foram transformadores esses cinco anos de graduação na UFSC, um semestre na *Universidad Nacional de La Plata*, na Argentina, e a conclusão deste livro. Uma nova geração, com ensino superior cursado em uma universidade pública, começa na minha família. Minha luta, como jornalista, será para que isso aconteça também às famílias dos tarefeiros entrevistados.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívidas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

LIMA, Benedito; SURKAMP, Luize. **Erva-mate: erva que escraviza**. Fortaleza: La Barca, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

MTE. **Trabalho Escravo em Retrospectiva: Referências para Estudos e Pesquisas**. Brasília, 2012.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2005.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997. 231 p.

REZENDE, Lilian. **Entrevista gravada**. 12 maio. 2015.

SAKAMOTO, Leonardo (Org); Monteiro, Lucia (Org); Campos, André, et al. – **Repórter Brasil: 10 anos de estrada de terra em 17 grandes reportagens**. São Paulo: Julho de 2012.

TERRA, Comissão Pastoral da. **Conflitos no Campo: Brasil 2014**. Goiânia: CPT, 2014.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Minas Gerais: UFMG. 2010.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (Org). **Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil**. OIT, 2011.

# ANEXO A



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
 Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT  
 Departamento de Fiscalização do Trabalho - DEFIT  
 Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - DETRAE

## QUADRO DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - SIT/SRTE - 2015 Atualizado com informações do COETE em 19/01/2016

UF	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores em condições análogas às de escravo	Pagamento de indenização	Als Lavrados
AC	1	1	8	0	R\$ 0,00	31
AM	4	6	34	23	R\$ 96.616,24	121
BA	2	4	12	6	R\$ 0,00	33
CE	6	14	159	70	R\$ 217.378,61	143
GO	5	6	7	3	R\$ 9.640,00	88
MA	8	15	134	107	R\$ 526.981,27	189
MG	21	37	65	432	R\$ 705.256,29	549
MS	5	5	19	25	R\$ 26.238,48	46
MT	28	46	51	44	R\$ 122.275,75	273
PA	10	28	83	36	R\$ 150.714,34	340
PE	2	2	2	0	R\$ 0,00	40
PR	4	7	20	10	R\$ 30.036,51	48
RJ	21	43	39	87	R\$ 700.240,15	296
RO	2	2	3	2	R\$ 2.861,18	13
RR	1	1	2	1	R\$ 0,00	12
RS	5	5	37	32	R\$ 133.340,07	73
SC	4	6	45	48	R\$ 64.687,61	95
SP	5	5	48	66	R\$ 322.490,11	76
TO	9	24	49	18	R\$ 66.720,88	282
<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>257</b>	<b>817</b>	<b>1010</b>	<b>R\$ 3.175.477,49</b>	<b>2748</b>

